

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.273 - RS (2019/0229977-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : TADEU PORTINHO GALVAO
ADVOGADOS : TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931
JOSÉ ANTÔNIO ESCOSTEGUY ARREGUI - RS058604
DIEGO SOUZA GALVAO - RS065378
EMBARGADO : JOSÉ ANTÔNIO PRATES JUNIOR
ADVOGADO : LEONARDO INVERNIZZI - RS080475
INTERES. : EDGAR WINGE - ESPÓLIO
REPR. POR : NILMA DA SILVA WINGE - INVENTARIANTE
INTERES. : ALCY JOHNSON - ESPÓLIO
REPR. POR : AIDÊ JOHNSON - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : ADEMIR CANALI FERREIRA - RS006965
LUCIANA TEIXEIRA ESTEVES - RS047995
INTERES. : BENNO WINGE - ESPÓLIO
INTERES. : MARIE RITA WINGE
ADVOGADO : ADEMIR CANALI FERREIRA - RS006965
INTERES. : CPG PARANA ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por TADEU PORTINHO GALVÃO, em face da decisão singular de fls. 524/526 (e-STJ), alegando omissão porquanto não foram fixados os honorários recursais.

Sem impugnação.

É o relatório.

Decido.

Os aclaratórios **não merecem** acolhimento.

1. Não há, na hipótese, qualquer omissão a ser sanada pois o recurso especial combate acórdão estadual proferido em sede de agravo de instrumento, ou seja, visa desconstituir decisão interlocutória do juízo de piso, de modo que ainda não houve *in casu* condenação, **muito menos sucumbência**.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

III. A parte agravante opôs Embargos de Declaração que foram rejeitados, assim como o presente Agravo interno, com a finalidade de que o ente exequente seja condenado ao pagamento da verba honorária. Todavia, a "*jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de ser incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em decisão interlocutória, contra a qual se interpôs agravo de instrumento, objeto de recurso especial*" (STJ, AgInt no REsp 1.688.954/PR, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/12/2018).
Em igual sentido: STJ, REsp 1.792.069/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/05/2019; REsp 1.369.551/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/03/2014.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1317195/PA, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 02/09/2019)

Advirta-se, desde já, que os próximos aclaratórios poderão ser reputados procrastinatórios.

2. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator